

Sumário

Índice de Quadros-Resumos

XLI

Capítulo 1	Controle Externo – Origens, Conceitos, Sistemas	1
1.1.	Antecedentes.....	1
1.2.	Democracia e Controle Externo	3
1.3.	Conceitos de controle	3
1.3.1.	Controle na ciência da Administração.....	4
1.3.2.	Controle quanto ao objeto.....	5
1.3.3.	Controle quanto ao momento de sua realização	5
1.3.4.	Controle quanto ao posicionamento do órgão controlador	7
1.3.5.	Outras classificações	9
1.3.6.	Conceito de Controle Externo.....	9
1.4.	Sistemas de Controle Externo e Entidades de Fiscalização Superiores – EFS.....	10
1.4.1.	Sistema de Auditoria ou Controladoria-Geral	12
1.4.2.	Sistema de Tribunal de Contas	12
1.4.3.	Outras classificações	13
1.5.	Tribunais de Contas no Brasil	14
1.6.	TCU nas diversas Constituições brasileiras	16
1.7.	Tribunais de Contas estaduais e municipais	18
1.8.	Intosai e as Declarações de Lima e do México	19

1.9.	Olacefs	20
1.10.	Atricon e Audicon	21
1.11.	Novos desafios do Controle Externo.....	21
1.12.	Controle social.....	22
1.13.	Para saber mais	25

Capítulo 2 Normas Constitucionais sobre o Controle Externo 27

2.1.	A topografia do controle externo na Constituição Federal	28
2.2.	Abrangência do controle externo (CF: art. 70, <i>caput</i>)	29
2.2.1.	Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial...	30
2.2.2.	Fiscalização operacional.....	31
2.2.3.	Legalidade e legitimidade.....	31
2.2.4.	Economicidade	33
2.2.5.	Aplicação das subvenções e renúncia das receitas.....	36
2.3.	Quem deve prestar contas (CF: art. 70, parágrafo único)	38
2.4.	Competências constitucionais do TCU (CF: art. 71, <i>caput</i> e incisos I a XI)....	44
2.4.1.	Apreciar as contas anuais do Presidente da República (CF: art. 71, I).....	45
2.4.2.	Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos (CF: art. 71, II).....	48
2.4.3.	Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares (CF: art. 71, III).....	51
2.4.4.	Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional (CF: art. 71, IV)	53
2.4.5.	Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais (CF: art. 71, V)	54
2.4.6.	Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a estados, ao Distrito Federal ou a municípios (CF: art. 71, VI)	54
2.4.7.	Prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas (CF: art. 71, VII)	55
2.4.8.	Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos (CF: art. 71, VIII, IX e XI)	57
2.5.	Sustação de atos e contratos (CF: art. 71, X e §§ 1º e 2º).....	58

2.6.	Eficácia das decisões do TCU (CF: art. 71, § 3º)	61
2.7.	Relatórios ao Congresso Nacional (CF: art. 71, § 4º).....	61
2.8.	Atuação da Comissão Mista (CF: art. 72).....	61
2.9.	Composição do TCU (CF: art. 73).....	62
2.9.1.	Requisitos para a nomeação de Ministro (CF: art. 73, § 1º)	63
2.9.2.	Processo de escolha de Ministros do TCU (CF: art. 73, § 2º)	64
2.9.3.	Prerrogativas dos Ministros (CF: art. 73, § 3º).....	66
2.9.4.	Garantias dos Auditores/Ministros Substitutos (CF: art. 73, § 4º).....	66
2.10.	Controle interno (CF: art. 74)	68
2.11.	Apuração de denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades (CF: art. 74, § 2º)	69
2.12.	Organização dos Tribunais de Contas dos estados, Distrito Federal e municípios (CF: art. 75)	69
2.13.	Fiscalização nos municípios (CF: art. 31).....	71
2.14.	Parecer prévio sobre as contas de Governo de Território (CF: art. 33, § 2º).....	74
2.15.	Intervenção da União nos estados e no Distrito Federal (CF: art. 34, VII, <i>d</i>)	74
2.16.	Intervenção em município (CF: art. 35, II).....	75
2.17.	Competência exclusiva do Congresso Nacional (CF: art. 49, IX e X).....	76
2.18.	Competência privativa da Câmara dos Deputados (CF: art. 51, II).....	77
2.19.	Competência privativa do Senado Federal (CF: art. 52, III, <i>b</i>).....	78
2.20.	Competência privativa do Presidente da República (CF: art. 84, XV e XXIV).....	79
2.21.	Competência do Supremo Tribunal Federal (CF: art. 102, I, <i>c, d, i e q</i>).....	79
2.22.	Competência do Superior Tribunal de Justiça (CF: art. 105, I, <i>a</i>).....	80
2.23.	Competências do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público (CF: arts. 103-B, § 4º, e 130-A)	80
2.24.	Ministério Público junto aos Tribunais de Contas (CF: art. 130).....	82
2.25.	Cálculo dos Fundos de Participação (CF: art. 161, parágrafo único)	83
2.26.	Lei complementar sobre fiscalização financeira (CF: art. 163, V).....	84
2.27.	Disposições constitucionais gerais (CF: art. 235, III e X).....	85
2.28.	Para saber mais	85

Capítulo 3	Tribunais de Contas – Funções, Natureza Jurídica e Eficácia das Decisões	87
3.1.	Funções dos Tribunais de Contas	87
3.1.1.	Função fiscalizadora	88
3.1.2.	Função opinativa	89
3.1.3.	Função julgadora	89
3.1.4.	Função sancionadora	89
3.1.5.	Função corretiva	90
3.1.6.	Função consultiva	90
3.1.7.	Função informativa.....	90
3.1.8.	Função ouvidora	91
3.1.9.	Função normativa.....	92
3.2.	Natureza jurídica das Cortes de Contas	92
3.3.	Eficácia das decisões dos Tribunais de Contas.....	97
3.4.	Coisa julgada administrativa	101
3.5.	Para saber mais	103
Capítulo 4	Jurisdição dos Tribunais de Contas	105
4.1.	Polêmica sobre a jurisdição dos Tribunais de Contas	105
4.2.	Jurisdição do TCU.....	111
4.2.1.	Responsável (LOTUC: art. 5º, I).....	111
4.2.2.	Dano ao erário (LOTUC: art. 5º, II).....	112
4.2.3.	Dirigentes ou liquidantes (LOTUC: art. 5º, III)	112
4.2.4.	Empresas supranacionais (LOTUC: art. 5º, IV)	112
4.2.5.	Serviços sociais (LOTUC: art. 5º, V)	113
4.2.6.	Demais sujeitos à fiscalização (LOTUC: art. 5º, VI).....	113
4.2.7.	Recursos repassados (LOTUC: art. 5º, VII)	114
4.2.8.	Sucessores (LOTUC: art. 5º, VIII).....	115
4.2.9.	Representantes na assembleia (LOTUC: art. 5º, IX)	115
4.2.10.	Empresas públicas e sociedades de economia mista (RITCU: art. 5º, III)	115
4.2.11.	Unidades jurisdicionadas (IN TCU nº 63/2010).....	116
4.3.	Jurisdição dos Tribunais de Contas estaduais e municipais	117
4.4.	Conflitos de jurisdição entre Tribunais de Contas	118
4.5.	Para saber mais	121

Capítulo 5	Competências Infraconstitucionais das Cortes de Contas	123
5.1.	Introdução	123
5.2.	Competências atribuídas pela Lei Orgânica do TCU	124
5.2.1.	Fiscalização (LOTUCU: art. 1º, II)	124
5.2.2.	Acompanhamento da receita (LOTUCU: art. 1º, IV)	124
5.2.3.	Representar sobre irregularidades (LOTUCU: art. 1º, VIII)	125
5.2.4.	Atos de administração interna (LOTUCU: art. 1º, X a XV)	126
5.2.5.	Decidir sobre consulta acerca da aplicação de dispositivos legais e regulamentares (LOTUCU: art. 1º, XVII)	126
5.2.6.	Poder regulamentar (LOTUCU: art. 3º)	128
5.2.7.	Requisitar serviços técnicos especializados (LOTUCU: art. 101)	129
5.3.	Competências previstas no Regimento Interno do TCU	130
5.3.1.	Emitir pronunciamento conclusivo (RITCU: art. 1º, IV)	130
5.3.2.	Auditar projetos e programas (RITCU: art. 1º, V)	130
5.3.3.	Fiscalizar a aplicação da LRF (RITCU: art. 1º, XIII)	130
5.3.4.	Acompanhar, fiscalizar e avaliar os processos de desestatização (RITCU: art. 1º, XV)	130
5.4.	Competências atribuídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei nº 10.028/2000	130
5.5.	Competências atribuídas pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 12.462/2011 (RDC)	134
5.6.	Competência reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal	137
5.7.	Competências atribuídas por diversos normativos	139
5.7.1.	Lista dos inelegíveis (Lei Complementar nº 64/1990 e Lei Complementar nº 135/2010 – Lei da Ficha Limpa)	139
5.7.1.1.	Polêmica decisão do STF no RE 848.826	141
5.7.2.	Acompanhamento dos processos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992)	143
5.7.3.	Controle das declarações de bens e rendas (Lei nº 8.730/1993)	143
5.7.4.	Fiscalização dos recursos do SUS (Decreto nº 1.232/1994 e Lei Complementar nº 141/2012)	144
5.7.5.	Apoio à Justiça Eleitoral (Lei nº 9.096/1995 e Lei nº 9.504/1997)	146
5.7.6.	Fiscalização da LDB (Lei nº 9.394/1996), do Fundef (Lei nº 9.424/1996 e do Fundeb (Lei nº 11.494/2007)	147

5.7.7.	Fiscalização dos regimes próprios de previdência social (Lei nº 9.717/1998).....	149
5.7.8.	Apoio às Câmaras Municipais (Lei nº 9.452/1997).....	150
5.7.9.	Criação de página na Internet (Lei nº 9.755/1998).....	150
5.7.10.	Fiscalização da aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (Lei nº 10.264/2001).....	151
5.7.11.	Lei das Agências de Águas (Lei nº 10.881/2004).....	151
5.7.12.	Concessão de Florestas (IN TCU nº 50/2006).....	151
5.7.13.	Lei do PAC (Lei nº 11.578/2007).....	152
5.7.14.	Fiscalização dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Lei nº 11.947/2009).....	152
5.7.15.	Veto ao art. 6 da Lei das centrais sindicais (Lei nº 11.648/2008).....	153
5.7.16.	Fiscalização dos recursos transferidos para prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres (Lei nº 12.983/2014).....	154
5.7.17.	Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015).....	155
5.7.18.	Estatuto das Estatais (Lei nº 13.303/2016).....	155
5.7.19.	Lei de Recuperação Fiscal (Lei Complementar nº 159/2017).....	156
5.7.20.	Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública (Lei nº 13.756/2018).....	157
5.8.	Competências relacionadas com a fiscalização de obras públicas.....	157
5.9.	Medidas cautelares relativas a atos administrativos.....	161
5.10.	Competências não previstas para o TCU.....	165
5.11.	Para saber mais.....	167
Capítulo 6 Organização do Tribunal de Contas da União		169
6.1.	Plenário.....	170
6.1.1.	Matérias de maior complexidade e relevância.....	170
6.1.2.	Relacionamento com o Congresso Nacional e os Poderes da República.....	170
6.1.3.	Assuntos de natureza institucional.....	171
6.1.4.	Sanções de maior gravidade.....	171
6.1.5.	Recursos.....	172
6.1.6.	Deliberações de maior relevância.....	172

6.2.	Câmaras	172
6.2.1.	Presidente de Câmara	173
6.2.2.	Empate nas votações de Câmara.....	174
6.3.	Presidência.....	175
6.3.1.	Eleição.....	175
6.3.2.	Competências do Presidente	176
6.4.	Vice-Presidência	178
6.5.	Corregedoria	179
6.6.	Ministros	179
6.7.	Ministros Substitutos (Auditores).....	181
6.8.	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	183
6.8.1.	Composição.....	183
6.8.2.	Procurador-Geral.....	184
6.8.3.	Competências.....	185
6.8.4.	Ministério Público de Contas nos TCEs e TCMs.....	187
6.9.	Elaboração de lista tríplice	187
6.10.	Secretaria do Tribunal	188
6.11.	Ouvidoria.....	190
6.12.	Comissões	191
6.13.	Código de Ética dos Servidores do TCU	191
6.14.	Para saber mais	195
Capítulo 7	Processos e Deliberações	197
7.1.	Processos	197
7.1.1.	Especificidades dos processos de controle externo	197
7.1.2.	Tipos de processos.....	199
7.1.3.	Relator.....	200
7.1.4.	Distribuição dos processos.....	201
7.1.5.	Etapas do processo.....	202
7.1.6.	Partes e ingresso de interessados.....	203
7.1.7.	Processos urgentes e sigilosos.....	204
7.1.8.	Arquivamento.....	205
7.1.9.	Nulidades.....	206
7.2.	Deliberações	207
7.2.1.	Formas de deliberação.....	207

7.2.2.	Elaboração, aprovação e alteração de atos normativos.....	208
7.2.3.	Jurisprudência	208
7.2.4.	Incidente de uniformização de jurisprudência.....	209
7.3.	Sessões.....	210
7.3.1.	Pauta das sessões.....	211
7.3.2.	Relação	213
7.4.	Processo de votação	215
7.5.	Outros dispositivos.....	218
7.5.1.	Contagem de prazos.....	218
7.5.2.	Comunicações processuais.....	219
7.5.3.	Publicações.....	220
7.5.4.	Acesso a informações.....	221
7.5.5.	Aplicação do Código de Processo Civil	222
7.6.	Para saber mais	222

Capítulo 8	Processos de Contas	223
8.1.	Dever de prestar contas	223
8.2.	Processos de contas	226
8.2.1.	Contas ordinárias.....	227
8.2.2.	Contas extraordinárias.....	227
8.3.	Tipos de processos de contas	228
8.3.1.	Contas individuais.....	228
8.3.2.	Contas consolidadas	228
8.3.3.	Contas agregadas.....	229
8.4.	Relatório de gestão	229
8.5.	Conteúdo dos processos de contas	231
8.5.1.	Normas previstas na Lei nº 4.320/1964.....	231
8.5.2.	Normas previstas na LOTCU e no RITCU	232
8.5.3.	Normas da LRF sobre escrituração das contas.....	232
8.5.4.	Conteúdo prescrito pela IN TCU nº 63/2010 e suas alterações	233
8.5.4.1.	Rol de responsáveis.....	235
8.6.	Prazos para apresentação.....	236
8.7.	Decisões em processos de contas.....	238
8.7.1.	Sobrestamento de contas.....	238

8.7.2.	Contas diferidas	239
8.8.	Para saber mais	239

Capítulo 9 Tomadas de Contas Especiais 241

9.1.	Conceito.....	241
9.2.	Hipóteses de instauração de TCE	244
9.2.1.	Omissão no dever de prestar contas.....	245
9.2.2.	Não comprovação da aplicação dos recursos.....	246
9.2.3.	Ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.....	247
9.2.4.	Prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico com dano ao erário	247
9.2.5.	Determinação pelo TCU	249
9.2.6.	Dispensa de instauração de TCE	250
9.3.	Procedimentos.....	251
9.3.1.	Responsáveis pela instauração da TCE	251
9.3.2.	Pressupostos para instauração de TCE	252
9.3.3.	Prazo de instauração da TCE	253
9.3.4.	Etapas de instauração da TCE.....	253
9.3.5.	Notificação	254
9.3.6.	Peças básicas de uma TCE.....	254
9.3.7.	Valor mínimo e prazo máximo para instauração de TCE ..	256
9.3.8.	Arquivamento de TCE.....	257
9.4.	Encaminhamento da TCE ao Tribunal de Contas da União	257
9.5.	Julgamento das TCEs.....	259
9.6.	Exclusão do Cadin.....	260
9.7.	Regras para a quantificação e a atualização de débitos	260
9.8.	Responsabilidade solidária do ente político.....	261
9.9.	Para saber mais	261

Capítulo 10 Julgamento das Contas 263

10.1.	Critérios de julgamento.....	263
10.2.	Contas regulares.....	265
10.3.	Contas regulares com ressalvas	265
10.4.	Contas irregulares	266

10.5.	Consequências de irregularidade	268
10.6.	Fixação da responsabilidade solidária.....	269
10.6.1	Responsabilidade solidária do parecerista jurídico.....	271
10.7.	Liquidação tempestiva do débito	274
10.8.	Arquivamento sem julgamento de mérito	275
10.9.	Contas iliquidáveis.....	276
10.10.	Reabertura de Contas.....	277
10.11.	Julgamento pelo TCU e controle jurisdicional	277
10.12.	Revisão do julgamento pelo TCU	278
10.13.	Execução das decisões.....	279
10.14.	Para saber mais	281

Capítulo 11 Fiscalização a Cargo do Tribunal de Contas e Exercício do Controle Externo 283

11.1.	Evolução da fiscalização nos Tribunais de Contas.....	283
11.2.	Instrumentos de fiscalização.....	284
11.2.1.	Levantamento (RITCU: art. 238).....	285
11.2.2.	Auditoria (RITCU: art. 239).....	286
11.2.3.	Inspeção (RITCU: art. 240)	287
11.2.4.	Acompanhamento (RITCU: arts. 241 e 242).....	287
11.2.5.	Monitoramento (RITCU: art. 243)	288
11.2.6.	Auditorias coordenadas e Relatórios Sistêmicos de Fiscalização – FISC.....	289
11.3.	Execução da fiscalização	290
11.4.	Contas do Presidente da República.....	293
11.4.1.	Normas de apresentação	293
11.4.2.	Exame pelo TCU	295
11.4.3.	Consequências da rejeição das contas.....	298
11.4.4.	Divulgação	299
11.5.	Atos sujeitos a registro.....	299
11.5.1.	Súmula Vinculante nº 3 do STF	304
11.6.	Fiscalização de atos e contratos	306
11.7.	Fiscalização de convênios e instrumentos congêneres	307
11.8.	Fiscalização de obras	310
11.9.	Fiscalização da desestatização	311

11.10.	Fiscalização do terceiro setor, serviços sociais, consórcios públicos, parcerias público-privadas e fundações de apoio a instituições federais de ensino.....	312
11.10.1.	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips.....	312
11.10.2.	Organizações Sociais	314
11.10.3.	Organizações da Sociedade Civil.....	314
11.10.4.	Sistema S.....	316
11.10.5.	Consórcios Públicos	317
11.10.6.	Parcerias Público-Privadas.....	317
11.10.7.	Fundações de apoio a instituições federais de ensino	318
11.11.	Apuração de denúncias.....	320
11.12.	Outras fiscalizações	321
11.12.1.	Benefícios fiscais	321
11.12.2.	Declarações de bens e sigilo.....	322
11.12.3.	Entidades Fechadas de Previdência Privada.....	322
11.12.4.	Fiscalização de serventias extrajudiciais.....	323
11.13.	Limites ao poder de fiscalização dos Tribunais de Contas	324
11.13.1.	Sigilo bancário e fiscal	324
11.14.	Consequências da fiscalização exercida pelos Tribunais de Contas	330
11.15.	Para saber mais	330
Capítulo 12	Controle Interno	331
12.1.	Conceito.....	331
12.2.	Princípios do controle interno	333
12.3.	Evolução do controle interno	334
12.4.	LRF e o controle interno	336
12.5.	Organização do controle interno no governo federal.....	336
12.5.1.	Competências legais do controle interno.....	339
12.5.2.	Objetivos do controle interno.....	344
12.5.3.	Prerrogativas do controle interno	344
12.5.4.	Normas relativas a servidores do controle interno	345
12.5.5.	Controle interno dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público	345
12.5.6.	Controle interno no Estatuto das Estatais (Lei nº 13.303/2016)	346

12.6.	Referencial técnico da atividade de auditoria interna governamental	347
12.6.1.	Inovações da IN CGU nº 3/2017: as linhas de defesa da gestão	347
12.6.2.	Princípios e requisitos éticos	348
12.6.3.	Técnicas de auditoria	349
12.7.	Atuação do controle interno em processos de contas e tomadas de contas especiais.....	349
12.8.	Obrigatoriedade da estruturação do controle interno nos estados e municípios	352
12.9.	Controle interno e auditorias privadas	352
12.10.	CGU e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013)	352
12.11.	CGU e o acesso a informações (Lei nº 12.527/2011)	356
12.12.	CGU e o conflito de interesses (Lei nº 12.813/2013).....	356
12.13.	Governança e controle interno	357
12.14.	Para saber mais	359

Capítulo 13 Direito de Defesa e Recursos 361

13.1.	Fundamentos constitucionais e princípios	361
13.2.	Audiência.....	367
13.3.	Citação	368
13.4.	Oitiva	369
13.5.	Revelia.....	370
13.6.	Procedimentos legais e regimentais.....	370
13.6.1.	Pedido de vista	371
13.6.2.	Juntada de documentos	372
13.7.	Modalidades recursais	372
13.8.	Recurso de reconsideração.....	372
13.9.	Pedido de reexame	373
13.10.	Embargos de declaração.....	374
13.11.	Recurso de revisão.....	375
13.12.	Agravo	377
13.13.	Exame de admissibilidade.....	379
13.14.	Outros recursos previstos em normas específicas	381
13.15.	Sustentação oral.....	382
13.16.	Revisão judicial.....	383

13.17. Prescrição	383
13.18. Decadência.....	386
13.19. Para saber mais	390
Capítulo 14 Sanções Aplicáveis pelos Tribunais de Contas	391
14.1. Sanções em processos de contas.....	391
14.1.1. Multa proporcional ao débito (LOTUC: art. 57)	392
14.1.2. Multa (LOTUC: art. 58).....	393
14.1.3. Encaminhamento dos autos ao Ministério Público da União (LOTUC: art. 16, § 3º).....	398
14.2. Sanções em ações de fiscalização.....	398
14.2.1. Multa por sonegação de documentos ou informações (LOTUC: art. 42).....	398
14.2.2. Multa por irregularidade constatada (LOTUC: art. 43)	399
14.2.3. Inabilitação (LOTUC: art. 60 e RITUC: art. 270)	399
14.3. Sanções relativas a licitações e contratos	401
14.3.1. Declaração de inidoneidade (LOTUC, art. 46).....	401
14.4. Sanções relativas a infrações administrativas contra as finanças públicas (LRF e Lei nº 10.028/2000).....	405
14.5. Outras multas	407
14.6. Determinações.....	407
14.7. Medidas cautelares que afetam diretamente os gestores e responsáveis.....	408
14.7.1. Afastamento temporário do responsável (LOTUC: art. 44)...	409
14.7.2. Indisponibilidade de bens (LOTUC: art. 44, § 2º)	410
14.7.3. Arresto dos bens (LOTUC: art. 61)	412
14.8. Independência das instâncias	413
14.9. Responsável falecido	415
14.10. Para saber mais	416
Palavras Finais	417
Miniglossário	419
Referências	431

Índice de Quadros-Resumos

Quadro-resumo do papel das instituições de controle.....	7
Quadro-resumo de diferenças entre as Controladorias e as Cortes de Contas.....	13
Quadro-resumo dos modelos de controle externo segundo Gualazzi.....	14
Quadro-resumo da ligação entre os critérios do controle externo e os princípios da administração pública	36
Quadro-resumo das competências constitucionais do TCU.....	45
Quadro-resumo das diferenças entre contas de governo e contas de gestão.....	50
Quadro-resumo dos procedimentos para sustação de atos e contratos.....	60
Quadro-resumo dos procedimentos do art. 72 da Constituição	61
Quadro-resumo das indicações de Ministro do TCU	65
Quadro-resumo da responsabilidade pelo controle externo.....	72
Quadro-resumo da repartição constitucional de funções de controle externo	78
Quadro-resumo das funções das Cortes de Contas.....	92
Quadro-resumo das competências atribuídas pela LRF às Cortes de Contas.....	133
Quadro-resumo das competências do TCU em relação a recursos repassados a estados, DF e municípios.....	153
Quadro-resumo da fiscalização de obras pelo TCU conforme a LDO	160
Quadro-resumo de medidas cautelares adotadas pelo TCU	165
Quadro-resumo das principais competências do Plenário e das Câmaras.....	174
Quadro-resumo de votações especiais e quóruns qualificados.....	217
Quadro-resumo de diferenças entre as TCEs e os demais processos de contas	243
Quadro-resumo de diferenças entre as TCEs e os PADs	243
Quadro-resumo de julgamento das contas	277

Quadro-resumo dos instrumentos de fiscalização	289
Quadro-resumo da fiscalização em entidades paraestatais e no terceiro setor.....	319
Quadro-resumo do direito de defesa anterior ao julgamento	370
Quadro-resumo dos recursos	378
Quadro-resumo das hipóteses em que não se admite recurso.....	381
Quadro-resumo da gradação da multa do art. 58 da LOTCU (art. 268 do RITCU)	397
Quadro-resumo da inidoneidade na LOTCU e na Lei nº 8.666/1993	401
Quadro-resumo das sanções e cautelares.....	412
Quadro-resumo das sanções aplicadas pelo TCU	413